

ПОТЭМКИН

v.1, n.1, 2019.

Histórico da educação profissional no Brasil

POR JOÃO CARLOS CICHACZEWSKI

Analista de Tecnologia da Informação na reitoria do Instituto Federal Catarinense e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Contato: joaacarloscc@gmail.com

RESUMO

A abordagem da temática da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não pode prescindir da análise dos agentes que operam a luta de classes, especialmente as organizações da classe trabalhadora e o Estado burguês. No Brasil, historicamente, o agente central da implementação de políticas de EPT foi o Estado, portanto não são neutras e precisam ser abordadas na sua totalidade. Para tanto, inicialmente faremos uma breve caracterização da sociedade de classes e, em seguida, um resgate histórico dos movimentos do Estado brasileiro no sentido de desenvolver ações de EPT até o momento atual. Por fim, apresentaremos uma reflexão sobre os fundamentos, limites e potencialidades da implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Introdução

As experiências de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil são marcadas desde o seu início por muitas contradições, avanços e recuos. Porém, sua principal característica se localiza precisamente na divisão dualista presente nas políticas educacionais: um tipo de formação reservada à classe dirigente e outro tipo de formação reservada à classe subalterna. Trata-se da forma como aparece no contexto educacional a dualidade de base estrutural que sustenta o modo de produção capitalista: de um lado os detentores dos meios de produção, a burguesia e, de outro lado, o proletariado, expropriados, detentores apenas de sua força de trabalho. Nesse sentido, o ponto de partida do presente estudo é a caracterização dessa sociedade que cria a necessidade de uma educação voltada para o trabalho, considerando como determinação central (não exclusiva) o modo de produção da vida, ou seja, a forma como os seres humanos dessa sociedade produzem e reproduzem a sua existência.

Ao longo da história, a humanidade desenvolveu variadas formas de organização do trabalho, com variados níveis de desenvolvimento técnico e tecnológico que propiciaram a satisfação das necessidades próprias de cada período. Em outras palavras, “(...) o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” (MARX, 2011a, p.214). Trabalhando em sociedade, “(...) os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade” (MARX, 2008, p.49). Assim, a identificação das relações e determinações que formam o atual modo de produzir a existência humana constitui-se no fundamento geral que nos auxilia na compreensão dos fenômenos produzidos por essa sociedade. Essa afirmação não significa negar a intervenção dos indivíduos sobre a realidade, pelo contrário, “(...) os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas essas lhes fo-

Palavras-chave:

**Capitalismo;
Educação
Profissional e
Tecnológica;
Estado.**

ram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p.25).

Fonte de toda riqueza humana, o trabalho constitui-se como categoria central nos modos de produção através da história humana. Pela divisão social do trabalho, a humanidade viu-se cindida em “(...) homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, [que] sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta” (MARX; ENGELS, 2010, p.66). Essa cisão no seio da sociedade constituiu classes sociais antagônicas que se colocam em luta, por um lado para manter sua dominação sobre as classes subalternas e, por outro lado, pela superação de sua condição de classe dominada.

Constituída como classe revolucionária, a burguesia, a partir do século XVII, incumbiu-se da tarefa de extirpar cada resquício do modo de produção feudal. Nesse contexto, “(...) os mestres-artesãos (Zunftmeister) foram suplantados pelo estamento médio industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro de cada oficina” (MARX; ENGELS, 2010, p.67). Porém, “(...) ante os negociantes, as máquinas a vapor, os navios e os canhões do Ocidente – e ante suas ideias –, as velhas civilizações e impérios do mundo capitularam e ruíram” (HOBSBAWM, 2017, p.23). Ou seja, para além do gradual solapamento à velha sociedade exercido, a partir das transformações na base econômica da sociedade, a burguesia constituiu seu ideário próprio e apresentou à humanidade uma civilização de novo tipo, passando a exercer

também o poder político sobre a antiga classe dominante e mantendo a exploração sobre as classes dominadas. Da velha estrutura econômica da sociedade surge um novo modo de produção e, sobre as ruínas do velho estado feudal, ergue-se uma nova superestrutura jurídica e política. Ou melhor, sendo “(...) produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LÊNIN, 2010, p. 27), surge o moderno Estado burguês.

Portanto, a abordagem da temática das políticas públicas em EPT não pode ser feita descolada do seu sentido de classe, não se pode desconsiderar a dualidade estrutural que fundamenta a sociedade atual. Tendo o Estado burguês brasileiro como agente central de sua implementação, essas políticas não são neutras e precisam ser analisadas na sua totalidade. Para isso, faremos inicialmente um breve resgate histórico dos movimentos do Estado brasileiro no sentido de desenvolver ações de EPT até o momento atual, que consideramos um marco histórico em comparação à importância dada até então para essa política pública. Por fim, apresentaremos uma reflexão sobre os fundamentos, limites e potencialidades da implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs).

O Estado brasileiro e as políticas de EPT

No Brasil, apesar das várias formas assumidas no decorrer da história, o Estado apresenta-se como um agente fundamental no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Entretanto, mesmo antes de assumir uma forma política e jurídica que atendessem ao desenvolvimento internacional do capitalismo, o Estado brasileiro já implementava

ações no sentido de atender à demanda produtiva das diferentes épocas. Assim, vemos ações no período colonial e nos primeiros anos da República voltadas para o disciplinamento da classe trabalhadora nascente e, a partir do período de industrialização, em meados dos anos 1930, ações de Educação Profissional no sentido propriamente de especializar a força de trabalho para as diferentes atividades produtivas em desenvolvimento. No período da ditadura militar, observamos a formação profissional obrigatória no sentido de formar uma superpopulação relativa de trabalhadores qualificados, mantendo os baixos salários vigentes. Nas décadas de 1980 e 1990, o Estado implanta mudanças no sentido de adequar a força de trabalho ao paradigma toyotista e, mais recentemente, temos a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que nos parece ser uma transformação inédita nas concepções de EPT no Brasil.

No Brasil-colônia, a produção centrava-se majoritariamente na economia extrativista, caracterizada pelo envio de remessas de bens primários para a metrópole onde transformavam-se em mercadorias para o mercado internacional. Nesse sentido, as primeiras experiências de formação profissional de forma sistematizada serão realizadas com a chegada ao Brasil da família real portuguesa, em 1808, que, procurando fugir da invasão napoleônica em Portugal, precisava criar um ambiente de “civildade” na colônia, que agora também seria moradia oficial da corte. Até então, predominava a educação propedêutica¹ reservada às elites econômicas e voltada à sua formação como dirigentes (MOURA, 2010). Às classes subalternas havia instituições eminentemente privadas voltadas à ca-

ridade e à filantropia, que ofereciam o ensino das primeiras letras e de alguns ofícios de forma muito residual e dispersa às crianças órfãs e pobres, além da educação religiosa desenvolvida pelos jesuítas junto à população indígena e de negros escravizados, objetivando sua conversão ao cristianismo. Apesar de terem ocorrido experiências isoladas e dispersas de ensino especializado voltado à instrução de homens brancos², como ocorrido nas Casas de Fundação e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil, o marco oficial de uma ação do poder público no âmbito da formação profissional se deu com a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, na cidade do Rio de Janeiro, por parte de D. João VI (BRASIL, 2009, p.1).

As primeiras décadas do século XX marcam o início do processo de industrialização do Brasil, porém as primeiras manifestações públicas de preocupação com a formação da força de trabalho para a atividade industrial são do período da proclamação da República, vindas especialmente dos positivistas. Nesse sentido, Cunha (2000) relata:

(...) ainda em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais dirigentes do Apostolado Positivista, entregou ao “cidadão ministro da guerra” Benjamin Constant um memorial em nome de cerca de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro. Ele continha todo um plano, calcado no positivismo de Augusto Comte, para “incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República” (CUNHA, 2000, p. 92).

Em 1906, o então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, por meio do decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906,

1. Em geral, refere-se a uma educação iniciadora para uma especialização posterior. Como característica principal, temos uma preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo (MENEZES; SANTOS, 2001).

2. Todos os não-negros, não-índios e não-mulheres.

institui quatro escolas profissionais nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Nesse mesmo ano, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o “Congresso de Instrução”, que apresentou ao Congresso Nacional um anteprojeto “(...) pelo qual o Governo da União ficaria autorizado a promover o ensino prático industrial, agrícola e comercial, nos estados e na capital da República, mediante um entendimento com os governos estaduais que se obrigariam a pagar a terça parte das respectivas despesas” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1906, p.4.062 apud SOARES, 1981, p.72).

Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil em julho de 1909, por ocasião do falecimento de Afonso Pena e, em setembro desse mesmo ano, pela promulgação do Decreto nº 7566/1909, cria dezenove “Escolas de Aprendizes e Artífices”, que seriam dirigidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Trata-se da primeira experiência a nível nacional de ensino profissional, em que o Estado brasileiro assume para si a EPT como política pública, mantendo ainda um caráter correcional e voltada às “(...) classes menos protegidas da fortuna” (SOARES, 1981, p.75). Sobre os motivos que justificavam essa experiência do governo de Nilo Peçanha, Soares aponta que a razão fundamental era

(...) não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime (SOARES, 1981, p.75).

Ou seja, apesar de ser uma política pública voltada à qualificação profissional, as Escolas

de Aprendizes e Artífices não tinham ainda seus objetivos relacionados completamente às demandas de qualificação do setor produtivo. Ao invés disso, mantinham ainda muito mais um caráter de disciplinamento da nascente classe operária do que de especialização para a atividade em determinado ramo da produção.

A partir da década de 1930, esse caráter formativo se altera, deixando de ser uma medida exclusivamente social de formação de trabalhadores disciplinados e tornando-se uma necessidade de cunho econômico para subsidiar o processo de industrialização que estava em curso. Ramos (2014) aponta esse período como sendo aquele que instaura “(...) o modo de produção propriamente capitalista e, com ele, o processo de industrialização” (RAMOS, 2014, p.14). Nesse sentido, eram necessárias reformulações das políticas de formação profissionais vigentes até então. Esse período é profundamente marcado pelo dualismo educacional: de um lado, um ramo do ensino que levava à profissionalização para a indústria e vedava o ingresso no ensino superior e, de outro, um ensino voltado à formação geral tendo em vista o ensino superior. Sobre isso ainda destaca-se o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932*, proposta que “(...) organizava a educação em duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual)” (MOURA, 2010, p.63).

Na década de 1940, o então Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema publicou uma série de Leis Orgânicas na tentativa de romper com a dispersão das políticas educativas em nível federal, movimento

que ficou conhecido como “Reforma Capanea”. Até então, a organização das políticas voltadas à Educação estava a cargo dos estados da federação. Com essa reforma, criou-se uma legislação única para a Educação no Brasil, “(...) as Leis Orgânicas se constituíram em um conjunto de seis Decretos-Leis para a reforma dos ensinos primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola” (ALMEIDA; SUHR, 2012, p.88). Porém, além de manter o rígido dualismo educacional, havia também uma divisão entre os órgãos aos quais cabia a gestão das políticas de EPT. Ortigara e Ganzeli apresentam que

Por um lado, o ensino técnico-industrial, que passou para a tutela dos Ministérios dos Negócios da Educação e Saúde Pública, representava as correntes do modelo urbano baseado na industrialização; por outro, o ensino agrícola, que permanecia sob a gestão do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, procurava atender às demandas dos setores que defendiam o modelo de desenvolvimento baseado na produção agrícola (ORTIGARA; GANZELI, 2013, p.259).

Nesse período ainda foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), caracterizando-se como um sistema privado de controle da Educação Profissional com financiamento público. A criação desses serviços, em 1942 e 1946 respectivamente, respondia às demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho, organizado sob a égide do paradigma taylorista-fordista.

As décadas de 1950 e 1960 são fortemente caracterizadas por uma ideologia do desenvolvimento e da “modernização”. Intensificava-se a produção de mercadorias e mo-

dernizava-se a circulação. Os movimentos do Estado brasileiro apresentavam também uma maior preocupação com os rumos da Educação Profissional. Nesse sentido, a Lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) instituiu então a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos.

O golpe de Estado de 1964, levado a cabo pelos militares em aliança com setores do empresariado e apoiado pelo imperialismo, abriu um novo ciclo econômico no Brasil, que foi garantido por um brutal Estado de exceção. Com altas taxas de crescimento do PIB – que chegaram a ficar próximas de 10% ao ano em alguns períodos – crescia a necessidade de força de trabalho qualificada, verdadeira força motriz que impulsionaria o então chamado “milagre brasileiro”. Era necessário “(...) formar técnicos sob o regime da urgência” (BRASIL, 2009, p.5). Nesse sentido, a LDB 5.692/71 tornou obrigatório, em todo currículo do (então) segundo grau, o ensino técnico-profissional, formando grandes contingentes de trabalhadores qualificados que garantiam a manutenção dos baixos salários. Para Ramos, esse foi o período “(...) em que a Teoria do Capital Humano é mais difundida e que tomam força os princípios da economia da educação” e “ocupou um lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial brasileira” (RAMOS, 2014, p.44). Além de consolidar a rede de Escolas Técnicas Federais que teve sua gênese nos períodos anteriores, já em 1978, a ditadura militar transformou algumas dessas escolas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

3. Instituições internacionais que interferem na definição de políticas públicas constituídas por intelectuais e representantes de Estados de diversos países abrangem uma multiplicidade de áreas e locais de atuação e atuam em parceria com os Estados. Entre elas: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo Monetário Internacional (FMI), Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com a crise do petróleo iniciada na década de 1970, o país entra na década de 1980 com uma altíssima dívida externa e baixas taxas de crescimento. Nesse período, também ocorreram as grandes greves do ABCD paulista, que recolocaram a classe trabalhadora brasileira como sujeito político após ter sido massacrada violentamente nos anos anteriores. Esses e outros fatores colocaram em xeque a manutenção do regime militar, levando à eleição da chapa de Tancredo Neves e José Sarney em 1985, à Assembleia Nacional Constituinte em 1988, e às eleições diretas em 1989. Nas políticas de EPT, esse movimento apresentou-se na revogação da obrigatoriedade do ensino profissional, em 1982, por meio da Lei 7046, que reestabelecia a modalidade da educação geral. Porém, apesar de manter a equivalência para o ingresso no ensino superior, retoma-se o modelo anterior à Lei 5692/71, com escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores.

A ideologia neoliberal, que em suas pregações apresenta o Estado como grande vilão dos processos econômicos, tem esse mesmo Estado como agente central das medidas contratendências à queda das suas taxas de lucro, demonstrando não ser mais que um discurso vazio, ideológico e sem qualquer lastro na realidade. Não foi diferente no caso brasileiro durante a década de 1990 com relação à EPT. Seguindo os preceitos dos organismos multilaterais³, as transformações no campo educacional deveriam estar alinhadas à ideia de “(...) reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fertilidade, melhorando a saúde” (SHIROMA et al., s/p, 2002 apud FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.100). Nesse sentido, a LDB de 1996 (lei 9.394/96) qualificou a Educação

Profissional como uma modalidade educacional que perpassaria diferentes níveis e etapas; e o decreto 2.208/97 não somente proibiu a formação integrada, mas também regulamentou “(...) formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p.25).

O projeto atual

As várias formas pelas quais o Estado brasileiro abordou a implementação de políticas de Educação Profissional nos remetem a uma compreensão de que a importância dada à formação de trabalhadores esteve sempre subordinada ao projeto que a burguesia brasileira colocava em curso nos diferentes momentos da história, servindo ao seu caráter político e econômico. Porém, a partir do ano de 2003, ocorrem mudanças expressivas na forma do Estado brasileiro abordar essa política pública. Enquanto ao longo de todo período anterior, desde 1909, foram instituídas 140 unidades de ensino profissional, de 2003 a 2016 foram abertas 504, totalizando uma rede de 644 escolas (FORNARI, 2017, p.62). Trata-se de um crescimento de quase 500% na oferta de EPT, que poder ter sua motivação em variados fatores. Nos parágrafos a seguir centraremos esforços nos aspectos políticos desse fato, procurando observar as relações entre os pressupostos estratégicos do projeto político que ocupava a presidência da república nesse período e os fundamentos político-pedagógicos da experiência que sintetiza as políticas de EPT levadas a cabo por esse projeto: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Para compreender esse fenômeno, precisa-

mos retomar o tema das grandes greves ocorridas no ABCD paulista nos anos finais da década de 1970. Esse movimento significou o reascenso das lutas operárias que tinham sido brutalmente reprimidas durante o período da ditadura civil-militar. Espoliada pelos baixíssimos salários e submetidos às precárias condições de vida, a classe trabalhadora da região mais industrializada do país lançou-se em uma luta que se generalizou e obteve apoio de outras categorias em nível nacional. Porém, nesse período, os dirigentes operários do pré-64 ou estavam mortos, ou desaparecidos ou exilados e fora de combate. Também a estratégia que dirigiu o movimento dos trabalhadores brasileiros até então, capitaneada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve seus elementos centrais colocados em xeque (PCB, 2009). Esses trabalhadores que retomavam o protagonismo político de sua classe tinham a tarefa de, para além de reconstruir seu movimento, produzir um novo projeto de sociedade e unificar as lutas. Nesse sentido, em 1980, cerca de 400 delegados eleitos em dezessete estados brasileiros fundam, no Colégio Sion (São Paulo-SP), o Partido dos Trabalhadores (PT).

A constituição da estratégia política do PT foi um processo de avanços e recuos, permeado por inúmeras disputas internas. Porém, com relação à leitura da realidade brasileira, duas características se destacam: a) a definição do capitalismo brasileiro como sendo de caráter dependente e subordinado; e b) o caráter autocrático do modelo de dominação burguesa no Brasil.

Os dois conceitos são trabalhados por vários autores, porém consideramos a influência majoritária dos estudos de Florestan Fernan-

des a esse respeito, especialmente sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. Sobre a dependência e subordinação da economia brasileira em Fernandes, Marques (2019) nos apresenta uma boa síntese:

Não tivemos aqui nem o desencadear de uma revolução burguesa de cariz democrático-popular, a superar o antigo regime e estabelecer novas bases de relações sociais; e, tampouco, o terreno material que lhe diz respeito – a revolução industrial – sob a emergência de um setor produtivo fabril como sustentáculo da economia nacional. O que se sucedeu foi uma interlocução debilitada com esses modelos, onde a nossa respectiva Revolução Burguesa (que se estende do período pós-independência à primeira metade da década de 1980), adquire uma estrutura antimoderna e contrarrevolucionária, traço fundante do padrão dependente aqui perpetrado (MARQUES, 2019, p.179).

Nesse sentido, a forma pela qual o modo de produção capitalista se desenvolveu no Brasil apresenta características próprias. Diferente dos países centrais, onde a burguesia revolucionária representava uma clara contraposição à ordem aristocrática vigente, no Brasil foi “(...) como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’” (FERNANDES, 1981, p.168). Assim, apropriando-se de elementos arcaicos e modernos, o processo de dominação levado a cabo pela burguesia brasileira assumiu um caráter autocrático. Esse fenômeno produz uma “segunda natureza humana” (FERNANDES, 1981, p.205) no burguês brasileiro que, apesar de repelir o mandonismo oligárquico contra si próprio, não deixou de pô-lo em prática contra as classes subalternas, que ficaram impedidas participação democrática nos espaços políticos. Dessa forma, para Florestan

(1981), o embate em torno da participação e da ampliação da democracia se choca com os interesses da classe dominante, tomando um caráter revolucionário de ruptura com a ordem instituída.

Apesar de romper com o caráter subversivo das conclusões de Florestan, o PT as incorpora e passa a adaptá-las para que caibam no seu programa. Em contraposição ao modelo de desenvolvimento dependente (e neoliberal a partir da década de 1990), apresenta-se um “neodesenvolvimentismo” de caráter nacional em que a maneira de superar a autocracia burguesa seria a ampliação da participação democrática e a construção da cidadania. Dessa forma, essas concepções também aparecem na raiz dos fundamentos político-pedagógicos do IFs.

Ao apontar alguns aspectos que julgava centrais para um projeto de Educação Profissional centrado numa perspectiva emancipadora, Gaudêncio Frigoto manifesta preocupações com relação à ampliação da participação democrática e à superação do modelo de desenvolvimento:

No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na idéia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável”. (FRIGOTTO, 2001, p.82)

Em 2008, pela Lei 11.892, foi instituída Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, es-

tando Eliezer Pacheco à frente da secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Pacheco deixa clara sua postura em relação a essa experiência em EPT:

(...) esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, da perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional [e atuar] na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais (PACHECO, 2015, p.18).

A partir disso é possível concluir que, para compreender a criação e desenvolvimento dos IFs, é preciso retomar a perspectiva política do projeto que estava à frente do Estado brasileiro na época de sua implantação e localizar essa experiência em um espectro mais amplo de ações no sentido de superar a dependência econômica e o caráter autocrático da forma de dominação burguesa no Brasil.

Conclusões

Não há dúvidas de que a implantação dos Institutos Federais foi um marco histórico positivo nas políticas públicas do Estado Brasileiro com relação à formação profissional, técnica e tecnológica. Trata-se de uma experiência que promoveu uma monumental expansão e interiorização da EPT e, no que diz respeito ao seu projeto político-pedagógico, uma tentativa de romper com o dualismo educacional por meio da integração do ensino profissional com a formação geral.

Porém, retomando as reflexões iniciais desse artigo, na sociedade de classes o Estado não é um agente neutro. Mantido seu caráter burguês, irá necessariamente reproduzir as

condições dessa dominação, apesar das boas intenções daqueles que estão à frente desse processo, pois não se trata de uma estrutura que caminha para a superação das relações de dominação burguesas. Ou seja, agirá sempre restrito aos marcos da não interferência nos pilares de sustentação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, rebaixa-se a pauta das transformações sociais à mera construção de um modelo de desenvolvimento autônomo e nacional, que não só não rompe com as estruturas de dominação como as reforça. Rebaixa-se também a tarefa histórica de emancipação política da classe trabalhadora à ampliação da cidadania nos marcos da ordem burguesa, contribuindo para a reprodução dessa ordem ao invés de enfrentá-la, destruí-la para que, em seu lugar, possa erguer-se o Estado proletário, verdadeiro agente das transformações políticas, econômicas e sociais.

Assim como as demais experiências históricas no campo da EPT, os IFs são um produto

contraditório. Por um lado, contribuem no processo de reprodução do Capital, ao apresentarem-se como

(...) espaços onde são recebidos aqueles que estão supostamente 'excluídos', para, a partir da oferta de cursos rápidos de qualificação profissional, 'incluir-los' na sociedade por meio da inserção dessa força de trabalho extremamente barata na esfera da produção (SILVA, 2015, p.288).

Por outro lado, não se pode desconsiderá-los como um avanço em comparação às políticas de EPT anteriores, especialmente por se propor o rompimento com o dualismo educacional. Nesse sentido, é necessário defender os IFs como uma experiência que progride em vários aspectos, porém não se pode prescindir da tarefa de compreender os limites do Estado burguês como agente das transformações estruturais através de políticas públicas. Os IFs não são uma revolução nem uma contrarrevolução, trata-se antes de um avanço pontual nos marcos da institucionalidade burguesa. ↗

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Andréa Cristina de; SUHR, Inge Renate Fröse. Educação profissional no Brasil: a construção de uma proposta educativa dual. **Intersaberes**. Curitiba, v. 7, n. 12, p.81 – 110, jun. 2012. Disponível em: <https://uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/248>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: SETEC, 2009. 8 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 11 de mar. 2019.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.89 – 193, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FORNARI, Liamara Teresinha. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Possibilidade para Contribuir com a Emancipação Humana**. 2017. 434 f. Tese (Doutorado) - Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/183595>. Acesso em: 22 out. 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 19, n. 1, p.71 – 87, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**. [s.l.], v. 24, n. 82, p.93 – 130, abr. 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012, p.21 – 56.
- HOBBSAWM, Eric John. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARQUES, Morena Gomes. Elementos da Estratégia Democrático-Popular em Prado Jr, Fernandes e Chasin, e de sua Crítica em Marini. In: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A Estratégia Democrático-popular: Um Inventário Crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 177 – 204.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete educação propedêutica**.

Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/educacao-propedeutica/>. Acesso em: 18 de mai. 2019.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e Educação Profissional: Dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 58 – 79.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Permanências e Mudanças. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI**. Campinas: Alínea, 2013, p. 257 – 280.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: Editora IFRN, 2015.

Partido Comunista Brasileiro (PCB). **As estratégias revolucionárias ao longo da história**. Resoluções do XIV Congresso. 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014. 121 p. (Coleção Formação Pedagógica). Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2018.

SILVA, Michel Goulart da. Educação Profissional, Capital e Força de Trabalho no Brasil. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 7, n. 2, p.283 – 289, 31 dez. 2015.

SOARES, Manoel de Jesus Araujo. As Escolas de Aprendizes Artífices e suas fontes inspiradoras. **Fórum Educacional**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p.69 – 77, dez. 1981. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/download/60571/58817>. Acesso em: 26 mar. 2019.